



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 87 - 1ª QUINZENA DE MAIO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

Viva a Revolução Boliviana!

**O Partido Operário Revolucionário trotskista
luta pela Revolução e Ditadura Proletárias**

**O governo pró-imperialista de Sanchez Lozada
decretou o Estado de Sítio contra
as massas exploradas**

**As centenas de prisões não quebrarão
a vontade revolucionária das massas**

**Operários, camponeses e demais
oprimidos, toda unidade contra os planos
de fome e miséria impostos pelo
imperialismo em toda a América Latina**

**Unamo-nos pelo Estados Unidos
Socialistas da América Latina**

POR UM PRIMEIRO DE MAIO DE APOIO À BOLÍVIA REVOLUCIONÁRIA E DE LUTA CONTRA O PLANO DE FOME E MISÉRIA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Companheiro trabalhador,

Internacional



O governo boliviano de Gonzalo Sanchez Lozada decretou Estado de Sítio e prendeu de uma só vez mais de 300 sindicalistas e militantes revolucionários, entre eles vários integrantes do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR). Antes de tomar essas medidas de força, o governo tentou quebrar o ímpeto revolucionário das massas exploradas utilizando, de um lado, de negociações com a burocracia sindical dirigente da Central Operária Boliviana (COB), de outro, através da repressão policial às manifestações e prisões seletivas de militantes do POR, dirigentes da Federação dos Professores de La Paz.

Quando a luta de massas se expandiu, sob o ferrenho combate da greve dos professores, Sanchez Lozada e a burocracia sindical procuraram se utilizar da intermediação da Igreja para acabar com a greve geral, os bloqueios camponeses das estradas e as marchas aglutinadoras de vários setores. Entretanto, os trabalhadores radicalizados não estavam dispostos a se sujeitarem a qualquer manipulação da cúpula dirigente ou traição. O governo se viu ameaçado pelo levante popular e desfechou a violenta repressão, utilizando-se do Estado de Sítio.

A luta do povo boliviano tem muita importância para o conjunto dos explorados da América Latina e de outras partes do Mundo. Pelo menos duas razões básicas justificam esta importância. A primeira é que o combate esteve e está direcionado contra o plano neoliberal do governo vendido ao imperialismo e conhecido pelos trabalhadores bolivianos como as três leis malditas.

Em sua essência, tal plano é o mesmo que está sendo aplicado no Brasil, Argentina etc., e que se mostrou catastrófico para o México. Está voltado para proteger os capitalistas imperialistas através das privatizações, abertura de mercado, destruição de conquistas sociais etc.

A conduta de governos como o de Sanchez Lozada, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Menen, Ernesto Zedillo, etc, quebra ainda mais a já comprometida soberania nacional dos países semicoloniais. Por sua condição de capitalismo atrasado são espoliados economicamente e oprimidos político e militarmente pelas potências mundiais.

O levante dos explorados bolivianos unificou num só exército operários, camponeses, professores, artesãos, estudantes, donas de casa etc. Significou a defesa da soberania da Bolívia contra o imperialismo e a corrompida burguesia boliviana que vende o país por alguns dólares.

A maior lição desse formidável combate é que somente as massas oprimidas, empunhando a política revolucionária do proletariado, podem colocar na ordem do dia a defesa da soberania da nação oprimida contra as potências opressoras. Ocorre que, ao defenderem a integridade do país, as massas estão defendendo suas próprias vidas contra a burguesia interna, que historicamente as esmaga e que favorece a burguesia internacional, para sustentar o capitalismo em crise. Os fatos mostram que a luta antiimperialista pela soberania nacional coloca abertamente as massas contra a burguesia entreguista e seu Estado opressor. Enfim, coloca a maioria nacional oprimida em luta contra o próprio capitalismo, que de tão decadente já não pode assegurar o mínimo de existência da maioria produtora de toda riqueza. Está aí porque o governo decretou o Estado de Sítio, prendeu a vanguarda dirigente e se lançou numa perseguição seletiva ao Partido Operário Revolucionário (POR).

O exemplo de conduta revolucionária das massas bolivianas e de firmeza programática do Partido Operário Revolucionário deve ser assimilado e praticado por nós de acordo com as exigências de nossa própria realidade. Está colocada a organização de um grande movimento em defesa das reivindicações mais elementares dos explorados, como salário mínimo vital de 850 reais, emprego a todos, terra aos camponeses etc., e pela derrubada integral do Plano e da Reforma Constitucional pró-imperialistas e antipopulares de Fernando Henrique Cardoso.

A melhor maneira de defender a revolução boliviana é, em nosso próprio país, construir um movimento revolucionário antiimperialista e anticapitalista. Está colocada a formação de uma Frente Revolucionária Antiimperialista, dirigida pelo proletariado e que tenha por estratégia a luta por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado), único governo capaz de impor a soberania nacional e realizar a transformação econômica necessária em favor dos oprimidos. A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR) conclama todos os trabalhadores a fazerem do Primeiro de Maio um ponto de partida de uma grande mobilização de massa em defesa da Bolívia revolucionária, pelo fim do Estado de Sítio e libertação de todos os presos. Fazer do Primeiro de Maio um instrumento para organizar um movimento nacional contra o governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso e seu maldito plano e que desemboque numa greve geral por tempo indeterminado.

Abaixo o Estado de Sítio na Bolívia

Pela libertação de todos os presos

Fim das três leis malditas

Fim da repressão militar aos camponeses plantadores de coca

Fim da perseguição ao Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Abaixo o plano antinacional e antipopular de Fernando Henrique Cardoso

Em defesa da soberania nacional contra a espoliação imperialista

Pelas reivindicações elementares que protegem a vida dos operários, camponeses e demais oprimidos

Não aceitamos o salário mínimo de 100 reais

Exigimos o salário mínimo de 850 reais

Viva o Primeiro de Maio Revolucionário!

Agudização da luta de classes na Bolívia e o Estado de Sítio

Em fins de março, a Federação dos Professores de La Paz, capital da Bolívia, decretou greve contra a situação de penúria dos trabalhadores da educação e contra, fundamentalmente, as denominadas três leis malditas, figurando entre elas a "Reforma Educativa". Esta camada dos explorados se guia pelas posições do Partido Operário Revolucionário. Por essa razão, logo se destacou como linha de frente de combate ao Plano pró-imperialista do governo de Gozalo Sánches Lozada (Goni).

A estratégia da greve do magistério, como se vê, não se limitava à restrição reivindicada trabalhista e aos problemas da educação, mas alcançava um horizonte mais amplo de guerra ao plano global do governo entreguista. De fato, as três leis malditas abrangem um conjunto de medidas que compromete viceralmente a economia do país semicolonial, já bastante debilitada pelos planos anteriormente recessivos e pelo saque imposto pelo capital financeiro internacional.

A lei de "flexibilização" equivale, para nós do Brasil, à reforma da ordem econômica, que privatiza as estatais num escandaloso processo de entrega do patrimônio nacional ao imperialismo.

A cínica lei da "parti-

cipação popular" prevê que municípios e estados fiscalizem a aplicação do Plano imposto pelo FMI, Banco Mundial etc, através de pretensos representantes populares, que na verdade não passariam de prepostos indicados a dedo pelos prefeitos, vereadores e outras autoridades do Estado burguês. O que Goni pretendia e pretende é dar um aparente ar de democracia para acobertar o violento plano antinacional e antipopular. Ocorre que o governo, sabendo da inevitável resistência antiimperialista das massas, procurou se anteciper com a farsa da distribuição de 50% da ações para todos os bolivianos, que constituiriam um fundo de pensão para aposentadoria, que na prática nunca chegaria a beneficiar os explorados.

Ao mesmo tempo, através deste artifício, Goni introduzia a privatização da Previdência, colocando na direção dos fundos de complementação o capital financeiro internacional.

A reforma educativa se utiliza da "descentralização e municipalização" para facilitar a privatização, o que não é uma novidade para nós que enfrentamos o Plano Decenal de Fernando H. Cardoso. Quanto às universidades, privatização sem máscaras.



Os camponeses no centro da crise

Mas a ofensiva pró-imperialista não se resume às três leis malditas. O problema camponês está no centro da crise política da situação. Já há tempos os Estados Unidos exigem do governo a erradicação do plantio da coca, que sempre foi a base da economia camponesa da Bolívia.

No governo anterior, se tentou todo tipo de solução para o problema. Em todos os casos, o resultado não poderia ser outro senão empobrecer ainda mais os camponeses e ameaçar suas poucas terras. A tentativa de substituir o plantio da coca por outro tipo de lavoura logo se esbarrou no atraso histórico da agricultura boliviana, nas condições capitalistas de produção incompatíveis com a situação camponesa do país etc. E assim logo se revelou perigosa para a vida das massas.

A intervenção militar na sensível região de Chapare não fez outra coisa senão agudizar o choque dos camponeses com o governo anterior de Jaime Paz Zamora (MIR) e desde então se tornou um foco de crise, que reflete a agudização da luta de classes em toda a Bolívia. Como parte do problema camponês não

resolvido pelo capitalismo semicolonial deste país andino, está a significativa opressão das nacionalidades índias, resultantes da colonização espanhola historicamente.

Com a crise econômica, o empobrecimento das massas majoritariamente de nacionalidade índia e a investida do imperialismo contra o plantio de coca, a opressão nacional mostrou todo seu rosto. De um lado, a burguesia "brancóide" pisa os camponeses para assegurar seus interesses e, de outro, o imperialismo se lança contra a maioria plantadora de coca.

Internacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

A política do POR se materializa nas massas

Essa descrição é importante para entendermos porque a greve dos professores (que como classe social não é proletária, é parte da classe média urbana empobrecida) tomou a frente do choque das massas

contra o governo e se colocou no centro da crise. Ocorre que conduziu primeiro à prisão seletiva de suas lideranças, logo no começo do conflito, e em seguida ao Estado de Sítio e prisão em massa das lideranças dos diversos setores em luta. Isso se explica por terem assumido a política revolucionária antiimperialista e anticapitalista do proletariado, materializada no programa do POR.

O objetivo estratégico é de derrubar o

governo pró-imperialista através da insurreição e instalar o governo das massas, ou seja, o governo operário e camponês, capaz de exercer a ditadura do proletariado. O POR desde o início da luta se colocou pela unidade grevista nacional, numa sólida aliança operária e camponesa, para derrotar o plano global de Goni.

Ao contrário, a burocracia sindical dirigente da COB, da Confederação dos Professores e dos camponeses, procuraram encontrar uma saída negociada, colocando-se por detrás dos partidos da oposição burguesa (MIR, MBL etc). As forças políticas da burguesia e seus agentes incrustados na direção da COB, incluindo também a Igreja conivente com as três leis malditas, vêm trabalhando para evitar que a polarização entre o governo antipopular e as massas dê lugar a um situação revolucionária.

Nos choques de março/abril de 1994, em que se colocou a greve geral e os bloqueios camponeses, as direções reformistas jogaram todo peso de seus aparatos para breçar o movimento, colaborando com a repressão "em pinça" que sequestrou e prendeu as principais lideranças da greve, entre ela Vilma Plata.

Agora, o combate já se ini-

ciou num patamar mais avançado, em que as bases resistiram à traição, encarnando o chamamento do POR a não se deixar enganar pelas negociações por alto e pela política divisionista das direções traidoras. Tanto é que, nem bem a greve do magistério mostrou ser capaz de aglutinar o descontentamento nacional dos explorados, o governo e a Igreja, no dia 3 de abril, iniciaram negociações, procurando um acordo que livrasse a burocracia da pressão das bases radicalizadas.

Os camponeses não viram outro caminho para enfrentar a repressão militar aos plantadores de coca senão bloqueando as estradas. Inúmeros outros setores saíram às ruas diariamente com manifestações e piquetes, seguindo o exemplo dos trabalhadores da educação, imbuídos da convicção da necessidade dos métodos da violência revolucionária para rebater a violência reacionária do governo. A tendência das massas em se organizarem nos denominados "cabildos abertos", uma espécie de assembleia popular, se mostrou presente. O cabildo de Tarija questionou o poder do Estado, manifestando-se como poder autônomo e paralelo das massas.

O governo logo sentiu que a prisão das principais lideranças de massa do POR, que encabeçam o magistério, não intimidou as massas e não desorganizou totalmente a luta, embora essa tenha se ressentido da ausência física de Vilma Plata, Gonzales Soruco, José Luis Alvarez etc. Seguiram-se as várias semanas de greve geral, choques no campo e na cidade e configurou-se o perigo das massas desencadearem uma insurreição, podendo trazer para o seu lado setores do exército e da polícia. Foi então que o governo decretou o Estado de Sítio e desencadeou uma onda de prisão em massa.

Tal medida de força ainda não foi capaz de pôr fim à greve do magistério e às manifestações. Os camponeses continuaram os bloqueios confrontando-se com o Estado de Sítio. O perigo existente está em que a burocracia, desde a clandestinidade, auxiliada pela Igreja descontente com a precipitação de Estado de Sítio, se aproveitou para negociar uma saída bastarda, traidora. Ao contrário, os explorados brasileiros e do mundo inteiro têm o dever revolucionário de defender a continuidade da luta, a libertação dos presos e o fim do governo reacionário.

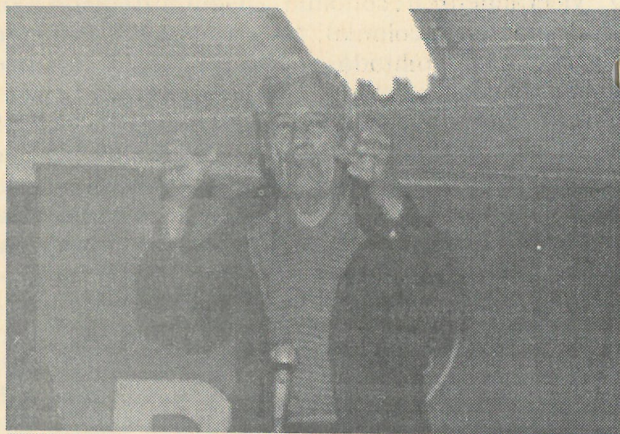
Internacional



Transcrevemos a seguir textos do Massas boliviano e da Colmena, publicação dirigida por Guillermo Lora, dirigente do POR que está sendo caçado em todo o país pela repressão governamental.

Interessa-nos assinalar a situação atual do governo e da classe dominante

A greve geral coincide com o agravamento da instabilidade política. Os problemas se repetem e aumentam a cada dia que passa. A situação política do governo e da classe dominante em seu conjunto potencia a arremetida das massas, o que contribui para criar condições excepcionalmente favoráveis para o processo revolucionário.



Guillermo Lora, quando esteve no Brasil em 1990. Dirigente do Partido Operário Revolucionário na Bolívia e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional. É responsabilizado pelo governo boliviano pela ação revolucionária dos professores, que contaminou o país e levou à greve geral e ao Estado de Sítio.

O ultimato dos Estados Unidos sobre a urgência de erradicar os cocaís (forma cômada para o imperialismo resolver seus próprios problemas às custas dos golpes desfechados sobre os plantadores de coca bolivianos) converteu-se num grave problema político.

O governo tem que se ver com os camponeses e

com o movimento popular; isto por um lado, ao mesmo tempo que com os partidos burgueses e outras instituições, como a Igreja, do outro.

Goni e sua equipe são empregados dos Estados Unidos para proceder de imediato a erradicação dos cocais excedentes, sob a ameaça de que, se não fazê-lo, terá de se submeter ao boicote da metrópole. Tudo faz supor que o governo se presta a cumprir a exigência de seu amo, o que o coloca diante da alternativa de ter de suportar a reação violenta dos camponeses. Posição essa que o debilita politicamente e o coloca virtualmente nos braços da oposição, que sonha em se potenciar pelo caminho da colaboração condicionada pelo governo, que apenas se mantém de pé.

Fracasso do encontro sobre política antinarcotráfico e a Internacional contra a miséria. Agravamento da crise econômica

Goni, para continuar governando, convocou uma reunião política para aprovar um programa antinarcotráfico de consenso e assistiu a reunião de cúpula internacional contra a miséria realizada em Copenhague.

A cúpula contra o narcotráfico teria de se limitar a aprovar o programa do governo, coisa que dificilmente acontecerá. Banzer acaba de lançar o seu próprio programa, que tende a debilitar as posições de Goni. Os partidos burgueses da oposição não se atrevem a rechaçar imediatamente a ameaça ianque e se prestam a apresentar simplesmente algumas observações. É o que faz Banzer. Nesse plano a burguesia tem de perder.

O importante está em que o avanço da política da burguesia vem unificando os camponeses e os radicali-

zando, o que pode conduzir aos bloqueios de estradas, que potenciará enormemente a greve geral que protagoniza o magistério.

A cúpula contra a miséria de Copenhague foi um fracasso. Ninguém acredita que tenha se alcançado o mínimo para se acabar com a miséria no mundo. Dificilmente pode existir, em meio à descomunal crise econômica estrutural do capitalismo, qualquer condição para resolvê-la. Goni sonhava em aparecer como um dos grandes líderes mundiais, mas passou despercebido, ao extremo de se ver obrigado a criticar a reunião.

As contradições da classe dominante e do governo se acentuam com a impopularidade de Goni e o aumento dos preços.

A verdade é que as contradições da classe dominante e do governo se acentuam aceleradamente e a popularidade de Goni cai de maneira vertical.

É nestas condições favoráveis que tem lugar a vigorosa arremetida popular contra a política global do governo, cuja oportunidade e justiça é explicada pela veloz escalada dos preços das mercadorias. Os bolivianos, para poderem sobreviver, não terão mais alternativa senão acabar com o governo.

(Colmena nº 1196, março de 1995)

Internacional

A tarefa mais importante é transformar a greve em luta popular

A autoridade governamental e os jornalistas que estão a seu serviço se empenham em fazer crer que a greve do magistério e da COB fracassou. Citam dados evidentes de que alguns setores não paralisaram seu trabalho e consideram que este detalhe desmente a afirmação de que a greve vem ganhando terreno. Ipinha chegou ao extremo de dizer que a greve morreria por si só em uma semana.

Parece incrível que as autoridades não se dão conta de que a greve do magistério vem se convertendo em luta popular. A incapacidade do governo para conter os grevistas, que ganham as ruas junto das camadas mais amplas da população, abre perspectivas imprevistas para o próprio movimento grevista, pois em certo momento o perigo de que este fracassasse foi neutralizado pela luta dos setores populares.

Em resumo, o movimento grevista tende a se modificar qualitativamente, transformar-se em mobilização do grosso da população. Isso é o que acontece quando uma greve geral se transforma em movimento insurrecional.

Seguramente, alguém objetará que isto rompe muitos esquemas que aparecem nos livros. Mas nós estamos nos esforçando em compreender de que maneira a greve, ao se soldar com o povo, tende a se transformar em outra coisa superior.

A militância tem de ajustar sua tática a esta realidade: penetrar no seio das massas, para soldá-las à luta.

À medida que este processo avança também potencia

o papel do partido e, em certo momento, acabará concentrando a atividade das massas. Por tudo isso, a militância revolucionária tem de ajustar rapidamente sua tática à realidade que se vive.

A primeira tarefa da célula é descobrir a forma mais rápida e eficaz de penetrar no seio das massas. Neste momento, este trabalho deve ter como finalidade penetrar nas camadas gremiais, porque demonstram ser as mais inclinadas a sair para as ruas. Este trabalho de aglutinação dos setores populares e de capacitação política procura soldá-los à luta que vem travando a direção do magistério em greve.

Trata-se não de repetir tal ou qual esquema no trabalho organizativo, mas de criar novas formas de atividade que correspondam ao momento que se vive e que se caracteriza pela extrema mobilidade e mudança. Isto obriga a que o ajuste da tática tenha de ser quase diário. É necessário sublinhar que os balanços obrigatórios que fazemos têm de ser realizados no marco de uma severa autocrítica: todo erro cometido deve ser superado através da explicação das causas que o motivaram.

Potenciar o POR quer dizer que na luta adquira capacidade para dar



expressão política ao impulso instintivo das massas.

Não se pode esquecer, em momento algum, que o objetivo que perseguimos e que responde a uma necessidade histórica é o de conseguir que o POR se converta na direção física do movimento popular, isto é, das massas.

Será possível alcançar este objetivo se a militância se forma, devida e rapidamente, para cumprir

uma das tarefas fundamentais do momento: adquirir a capacidade necessária para que, em todo momento, o organizador e o dirigente dêem expressão política ao impulso instintivo das massas, o que quer dizer que lancem a bandeira que impulse os setores populares para a materialização da finalidade estratégica partidária.

(Colmena n. 1206, Março/95)



A violência revolucionária é inseparável da luta contra o capitalismo e pela nova sociedade.

A violência se encontra na base da sociedade dividida em classes sociais e todos os dias aparece encoberta pela legalidade. Não é em vão que a lei não é mais que a expressão da classe dominante. A maioria da sociedade, composta por explorados e oprimidos, está obrigada pela classe dominante a se submeter aos privilégios dos exploradores e opressores, sob o manto da lei. Não é uma casualidade que o império da lei necessite como complemento indispensável os métodos repressivos, o cárcere e até cadeia elétrica etc. Isto significa que o capitalismo para existir tem de se apoiar na violência. Referimo-nos à violência reacionária ou conservadora, porque está destinada a garantir e legitimar a exploração e a opressão da maioria por uma pequena minoria que constitui a classe dominante.

Quando a sociedade se divide em classes sociais antagônicas e excludentes, para se manter em pé, tem de usar todos os dias a violência. A minoria não tem mais remédio senão submeter a maioria da população.

As classes sociais, que têm interesses econômicos contrapostos, não vivem em harmonia, não cooperam entre si de maneira pacífica, senão que inevitavelmente entram em choque, em luta, porque a burguesia, para se enriquecer, tem de diminuir os salários reais e os trabalhadores, para poderem comer melhor, têm de usar a violência e reduzir os ganhos dos exploradores. Reconhecer a existência de classes sociais antagônicas é reconhecer a luta entre elas.

A educação, a cultura, a ideologia que impõe a classe dominante à sociedade e também a doutrina da libertação dos explorados não são senão a expressão desta violência, que brota por todos os poros da sociedade. Neste terreno não há lugar para afirmações que faz a religião no sentido de

que os explorados e exploradores são irmãos entre si, porque todos são filhos de Deus. Mas parece que foram obra do demônio.

A luta de classes é a guerra entre a burguesia e o proletariado. Os oprimidos para se libertarem têm de saber usar a violência revolucionária.

Partimos da evidência de que a luta de classes é irreconciliável e por isto dizemos que é uma verdadeira guerra, na qual um dos pólos sociais busca a destruição do outro.

Não nos detemos na teoria maniqueísta de que são os opressores que primeiro atiram a pedra e que é por isto que os oprimidos recorrem à violência. A verdade é que uma e outra classe social está condenada a recorrer à violência para persistir como classe dominante ou para se libertar da dominação.

Proclamamos abertamente que os oprimidos, se querem

se libertar, têm de aprender a usar a violência adequadamente. Se os trabalhadores usam a violência, inclusive para poder comer melhor, seu partido político converte em parte da ciência social a descoberta das melhores formas de usar a violência. É necessário dizer, finalmente, que a violência revolucionária cumpre a função de parteira da história da humanidade. O capitalismo que chegou ao ponto culminante de seu desenvolvimento, tem de dar um salto qualitativo, a fim de dar nascimento a outra sociedade e isto é a revolução social, ou seja, o cumprimento das leis da história através da violência.

Superar o preconceito de que a violência é própria dos setores atrasados. Trata-se da tática que concretiza a estratégia.

A burguesia difunde que o uso da violência é selvageria, correspondendo aos trabalhadores começarem por se submeter à lei e que depois reclamem pacificamente seus direitos. O cumprimento da finalidade estratégica obriga a afinar a tática da violência adequadamente.

(Colmena n. 1194 - março/95)

Estado de Sítio vigente no País

Desde o início, denunciemos que as negociações COB-Governo eram uma armadilha destinada a desmobilizar o país. O governo compreendeu a inutilidade da burocracia sindical para conter a mobilização popular; até agora tem colocado em prova a burocracia para ver se o ampliado podia viabilizar a suspensão da greve do magistério com base na assinatura de um convênio totalmente capitulador.

Segundo a imprensa, o decreto do Estado de Sítio foi firmado às 19 horas e as autoridades mantiveram em segredo o decreto até ver que rumo tomava a reunião ampliada da COB; uma vez confirmado que as tendências radicais des-

qualificavam a manobra governamental, o governo se viu forçado a intervir no ampliado, deter todos os dirigentes e conduzi-los para rumo desconhecido.

Desta maneira brutal o governo pretende solucionar os agudos problemas nacionais, fato que demonstra a tremenda torpeza e debilidade do atual regime.

Os trabalhadores e o povo devem se organizar adequadamente para neutralizar as forças opressivas do Estado. Só a radicalização e as mobilizações poderão derrotar este governo antinacional e vendepátria.

(Massas do POR boliviano de 20 a 26 de Abril de 1995)

NOTÍCIAS DO LEVANTE POPULAR CONTRA O GOVERNO

Mineiros de Colquiri bloqueiam em Caracollo

Os mineiros de Colquiri bloquearam a passagem principal que une Oruro a La Paz, por mais de duas horas, sob o olhar complacente da polícia, que manifestou que também eles suportam privações, por terem

soldos miseráveis. A ação dos trabalhadores em sua luta diária vem dobrando as forças repressivas que podem acabar se unindo às massas insurgentes.

Cochabamba

Apoio camponês à greve da COB

Os trabalhadores camponeses resolveram suspender o abastecimento de produtos agrícolas aos mercados de Cochabamba, como apoio às me-

didadas tomadas pela COB. O dirigente Alejo Veliz ratificou que a partir de 24 deste mês desencadeará o bloqueio geral das estradas.

Tarija impõe descentralização

O cabildo de Tarija e seus acordos adquirem muita importância. A população, dando as costas ao parlamento, deu um passo decisivo no caminho da descentralização.

O MNR sustenta que a mal chamada "Participação Popular" é descentralização. As direções de Tarija demonstram que não é assim e que as coisas se desenvolvem por outras vias.

As decisões desse cabildo estão à margem da lei e se

explicam por serem expressões da situação revolucionária que se vive; são parte da luta política contra o governo burguês.

Ainda que Tarija permaneça isolada, sua atitude aprofunda a situação revolucionária. O governo se esforça para que não se repita o ocorrido nesta região sul do país. Para ver materializado seu propósito terá de atender as exigências do Beni, como já o fez com Chuquisaca.

Santa Cruz: unir-se à luta

O sistema universitário acata a greve geral por tempo indeterminado, apoiando os mestres e proletários, pondo-se à cabeça da defesa da educação pública e gratuita, exceto GRM. Isto não pode ser, é necessário se somar à luta contra o plano que rifa o país aos ianques, que privatiza a saúde e a educação. As leis malditas não prosperam por que o povo não acredita nelas, nem em seus débeis impulsioneiros (MNR-MBL-Imperialismo). Os estudantes devem se por de pé e fortalecer a tendência revolucionária. Nas ruas derrotaremos os planos vendepátrias!

Denúncia

Raúl Nina nas garras da repressão

Na concentração do dia 18, este combativo diretor do magistério rural pacenho arrancou o microfone das mãos de Sala; denunciou que os burocratas estavam a ponto de trair, recordou que os objetivos da presente luta eram derrotar a lei de reforma educativa do governo e as outras leis malditas; advertiu que os combatentes das ruas não tolerarão outra traição dos dirigentes reformistas.

Aproximadamente uma hora depois de seu discurso, este companheiro foi detido por agentes do governo e levado a rumo desconhecido. O governo sabe muito bem que deve limpar o caminho de obstáculos - como os combativos mestres rurais de La Paz - para que, com a cumplicidade da burocracia, imponham acordos capituladores.

Só arrancaremos do cárcere os companheiros Raúl Nina, Vilma Plata, Gonzalo Soruco e José Luis Alvarez com a radicalização das mobilizações.

(Massas do POR boliviano de 20 a 26 de Abril)

Imprensa burguesa boliviana:

Reproduzimos algumas manchetes dos principais jornais bolivianos.

1. No cabildo aberto no El Alto trabalhadores pediram a renúncia do presidente da República.
2. Marcha multitudinária paralisou por cerca de 3 horas a cidade de El Alto. Efetivos da polícia foram desconcertados diante da impressionante quantidade de manifestantes.
3. Dois mil trabalhadores empreenderam marcha de Oruro até La Paz.
4. Mineiros paralisam 48 horas em apoio ao magistério.
5. COB declara greve geral por tempo indeterminado em todo o país.
6. Mineiros de Huanuni se somam à greve.
7. Camponeses realizam bloqueios, greves de fome e marchas.
8. Operários exigem da COB greve de fome e bloqueio.
9. Mestres incendeiam posto policial.
10. Mestres estão presos por sedição e danos à propriedade.
11. Sindicalistas denunciam a detenção de 80 professores.
12. Dirigentes do magistério diante do juízo penal por conspiração.
13. Justiça iniciou juízo penal contra greve.
14. População civil freou as forças policiais (uma multidão de mulheres e crianças saiu à frente das forças policiais que realizavam na manhã de ontem uma indiscriminada repressão contra mestres urbanos e rurais na zona El Tejar, e as fez retroceder até o centro da cidade, terminando assim com a violência da jornada).

Internacional



Gonzalo Soruco: Delicado estado de saúde

"O colega Gonzalo Soruco, nas últimas horas, sofreu uma grave deterioração em sua saúde. Os médicos informam que padece de uma paralisção facial.

As tenebrosas celas dos cárceres só se abrem quando os narcotraficantes e corruptos adoecem. Os revolucionários e sindicalistas são obrigados a permanecer presos padecendo de doenças."

Confirmando a denúncia da Federação de La Paz, recentemente, se constatou que o médico forense negou sua mudança a uma clínica para seu correspondente tratamento.

(Massas do POR boliviano, 19 de abril)

Carta da prisão de Vilma Plata

Professores: Seguir golpeando duro contra o governo reacionário

Assim se sintetiza a mensagem dos mártires em vida da luta do povo contra o governo burguês e servente do imperialismo.

Em resumo, a mensagem diz:

"Não afrouxar a luta contra a lei de reforma educatiua do imperialismo e do Etare, porque está de costas à educação (formação do indivíduo), não canaliza a atividade da escola-universidade para o conhecimento da realidade (atividade transformadora, que transforma também o autor). A escola deve estar imersa na produção social, na sociedade, para que os alunos saibam quais são suas aptidões. Unicamente assim se pode humanizar o homem, formalmente de maneira integral.

Ler e escrever são auxiliares do conhecer, mas não o substituem. Queremos outra educação, outra escola, por isso lutamos por uma sociedade nova, sem explorados e exploradores.

Estamos no cárcere e permaneceremos nele até ver o esmagamento da política burguesa e a sociedade destruidora do homem e da natureza, que formam uma unidade.

Os professores não devem chorar por nossa prisão, mas apertar os punhos para golpear contra os inimigos da educação, do país, serventes incondicionais do imperialismo.

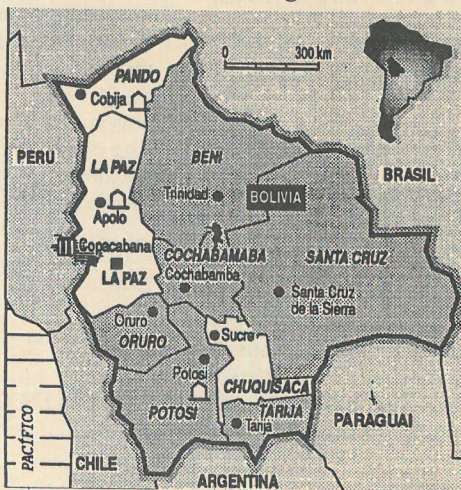
9 de abril de 1995

Cárceres de mulheres, Pequena muralha de São Pedro, Panóptico nacional.

Carta de José Luis Alvarez e Gonzalo Soruco

Cuidado com a traição!

O magistério, os trabalhadores e o povo em seu conjunto com sua luta heróica superaram o temor das ameaças de demissão, descontos e agressões policiais exercidas pelo governo mediante um virtual estado de sítio; mas hoje se corre o risco de que toda esta luta seja burlada pelos tradicionais auxiliares da política neoliberal, que desesperadamente instalaram um circo das negociações com o objetivo central de manter vigentes as três leis malditas e salvar o governo de seu



total afundamento. Por essa razão, a cúpula da COB (Salas e Camargo) impede a incorporação à luta ativa outros setores explorados, boicota o bloqueio de estradas e de forma expressa deixa pendente como último ponto o problema da educação, com a intenção de isolar a luta do magistério.

Para se evitar que se consume uma nova traição, corresponde radicalizar e generalizar o conflito incorporando os grêmios, desempregados, camponeses, trabalhadores das empresas YPFB, ENTEL, ENDE, ENFE e trabalhadores de todas as estatais cuja privatização está para ocorrer. Esta luta é de todo povo boliviano dirigida a derrotar a política global do governo.

La Paz, Cárcer de São Pedro, 7 de março de 1995.

Grave erro dos dirigentes camponeses

A burocracia dirigente dos camponeses está cometendo um gravíssimo erro. Os dirigentes ambiciosos e corruptos acreditam que é seu dever socorrer-se dos politiqueros e marchar junto deles para apoiá-los em troca de salvar os cocais.

Essa manobra não é mais do que um jogo perigoso e até sujo. É absurdo acreditar que a burguesia ou o governo podem

se emancipar da influência decisiva do imperialismo e contrariar seus planos. O que acontecerá é que por esse caminho se acabará servindo à nação opressora desde o seio mesmo dos oprimidos.

Os dirigentes dos plantadores de coca estão cometendo um crasso erro ao não se somarem à luta do povo boliviano contra a política governamental. Os camponeses estão perdendo uma excelente oportunidade para poder impor pela força suas demandas.

É necessário advertir aos camponeses que seus dirigentes estão empenhados em consumir uma nova traição contra as bases.

O problema da folha de coca é agora a peça chave das relações entre o governo Goni e o imperialismo. Os partidos burgueses decidiram não contrariar as ordens norte-americanas e a tal atitude condenável se soma a burocracia cocalera com o argumento pueril de que os camponeses sempre foram e são camponeses em luta contra o narcotráfico.

Chamado do POR boliviano aos camponeses

Camponeses cocaleros: Somem-se imediatamente à luta do povo contra o governo agente do imperialismo.

Livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca!

Bloqueio imediato das estradas em escala nacional!

Levantar as armas para esmagar Goni vendepátria e os planos criminosos dos gringos!

Viva o governo operário e camponês!
Violência revolucionária para esmagar a violência reacionária!

Organizar hoje mesmo os piquetes armados!

Carabineiros com o povo

Reproduzimos o comunicado lançado pela polícia:

A GUARNIÇÃO DA POLÍCIA NACIONAL, nestes dias temos sido obrigados por parte do Governo, como de nossos comandantes da Polícia, a se chocar com nossos pais, mães, irmãos e filhos, como se fôssemos inimigos. Em virtude disso, COMUNICAMOS à opinião pública de Caráter nacional que nós nos declaramos a partir dessa data EM ESTADO DE EMERGÊNCIA, porque não podemos continuar lutando com nossos irmãos bolivianos, mais bem apoiados de forma moral e material a Central Operária Boliviana (COB), tanto as Confederações de Mestres da Bolívia de ambas áreas Urbanos e Rurais.

Além disso declaramos à opinião pública que nossos ganhos de Polícias são muito baixos. Apenas ganhamos em torno de 250 bolivianos (cerca de 50 dólares, N.T.), enquanto os superiores ganham fabulosos soldos.

Nota: Solicitamos muito repetidamente à COB para que o presente comunicado seja transmitido na imprensa como no periódico El Diario.

La Paz, março de 1995.

